

## LEIS E DECRETOS

### ATOS DO PODER EXECUTIVO

#### SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DECRETO DE 20 DE OUTUBRO DE 2010

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, **RESOLVE**

**EXONERAR, DE OFÍCIO**, de conformidade com o disposto no art. 34, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

**LIAMARA DE ARAÚJO LOPES**, do Cargo em Comissão, de Coordenador de Parques, símbolo DAS-2, da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, com efeitos a partir de 01 de Julho de 2010.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual, **RESOLVE**

**NOMEAR**, de conformidade com o disposto no inciso II, do art. 10, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

**JULIANA DE ARAÚJO LOPES**, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador de Parques, símbolo DAS-2, da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, com efeitos a partir de 01 de Outubro de 2010.

OF. 1305

## PORTARIAS E RESOLUÇÕES



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
UNIDADE DE CORREGEDORIA DA POLÍCIA CIVIL

**PORTARIA N.º 394/GAB/2010** Teresina, 11 de novembro de 2010.

**ADELEGADA CORREGEDORA GERAL DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no Art. 164 e seguintes, da Lei Complementar Estadual nº 13, de 03/01/94, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 025 de 15/08/01, e art. 74, V e IX da Lei Complementar nº 037 de 10-03-2004;

**CONSIDERANDO** o teor do Ofício de nº 982-GDG-10, datado de 02/09/2010, da lavra do Delegado Geral de Polícia Civil, constante nos autos;

**CONSIDERANDO** o teor do Ofício de nº 0377-10/IC-2010, datado de 28/07/2010, da lavra da Diretora do Instituto de Criminalística do Piauí, constante nos autos;

#### **RESOLVE:**

01. Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar com o objetivo de apurar a responsabilidade administrativa do servidor **GERALDO DE ALENCAR CASTELO BRANCO**, Agente de Polícia Civil de 1ª Classe, matrícula nº 037.024-0, filho de Francisco de Alencar Castelo Branco e de Zilda de Alencar Castelo Branco, nos fatos constantes dos *consideranda* desta Portaria os quais informam que o referido servidor teria permutado horário de plantão sem a devida autorização da autoridade policial, fato ocorrido no plantão do dia 25 para o dia 26 de julho de 2010, nesta capital.

02. Designar, de acordo com o art. 170, da Lei Complementar nº 13/94 e art. 64 da Lei Complementar nº 037 de 10-03-04, os servidores, **Carlos Alberto de Sousa Freitas**, Agente de Polícia Civil, **Orlando Ribeiro dos Santos**, Agente de Polícia Civil e **Jairo Henrique Nogueira**, Agente de Polícia Civil, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a comissão de processo administrativo disciplinar, dando cumprimento ao item precedente, tendo como suplentes, os servidores **Luís Carlos Carvalho de Sousa**, Agente de Polícia Civil, **Juliano Falcão de Lima**, Agente de Polícia Civil, **Herbert de Sousa Gomes**, Agente de Polícia Civil.

03. Conceder a esta Comissão o prazo de 60 (sessenta) dias, de acordo com o Art. 173 da Lei Complementar Estadual nº 13, de 03/01/94, para a conclusão dos trabalhos, a partir da publicação desta Portaria, em observância ao princípio da publicidade constante do Caput do Art. 37 da CF/88; notificando, de tudo, desde já, o servidor imputado para conhecer o processo e apresentar defesa, na forma da lei.

**Publique-se, dê-se ciência e cumpra-se, na forma de Lei.**

**Belª. Fernanda Paiva Nunes Marreiros Marques**  
Delegada de Polícia Civil  
Diretora de Unidade da Corregedoria

**PORTARIA N.º 395/GAB/2010** Teresina, 11 de novembro de 2010.

**ADELEGADA CORREGEDORA GERAL DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no Art. 164 e seguintes, da Lei Complementar Estadual nº 13, de 03/01/94, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 025 de 15/08/01, e art. 74, V e IX da Lei Complementar nº 037 de 10-03-2004;

**CONSIDERANDO** o teor do Ofício de nº 982-GDG-10, datado de 02/09/2010, da lavra do Delegado Geral de Polícia Civil, constante nos autos;

**CONSIDERANDO** o teor do Ofício de nº 0377-10/IC-2010, datado de 28/07/2010, da lavra da Diretora do Instituto de Criminalística do Piauí, constante nos autos;

#### **RESOLVE:**

01. Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar com o objetivo de apurar a responsabilidade administrativa do servidor **RAIMUNDO RIBEIRO DA SILVA**, Agente de Polícia Civil de 3ª Classe, matrícula nº 009.897-3, filho de Maria Ribeiro da Silva, nos fatos constantes dos *consideranda* desta Portaria os quais informam que o referido servidor teria permutado horário de plantão sem a devida autorização, bem como teria abandonado o local de trabalho no referido plantão, além de ter se apropriado da viatura policial, tomado rumo não sabido, fatos ocorridos no plantão do dia 25 para o dia 26 de julho de 2010, nesta capital.

02. Designar, de acordo com o art. 170, da Lei Complementar nº 13/94 e art. 64 da Lei Complementar nº 037 de 10-03-04, os servidores, **Ademir Franco Albuquerque Silva**, Agente de Polícia Civil, **Liana Rocha de Pádua Barreto**, Agente de Polícia Civil e **Jetan Pinheiro Barbosa**, Agente de Polícia Civil, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a comissão de processo administrativo disciplinar, dando cumprimento ao item precedente, tendo como suplentes, os servidores **Carlos Alberto Sousa Freitas**, Agente de Polícia Civil, **Juliano Falcão de Lima**, Agente de Polícia Civil, **Herbert de Sousa Gomes**, Agente de Polícia Civil.

03. Conceder a esta Comissão o prazo de 60 (sessenta) dias, de acordo com o Art. 173 da Lei Complementar Estadual nº 13, de 03/01/94, para a conclusão dos trabalhos, a partir da publicação desta Portaria, em observância ao princípio da publicidade constante do Caput do Art. 37 da CF/88; notificando, de tudo, desde já, o servidor imputado para conhecer o processo e apresentar defesa, na forma da lei.

**Publique-se, dê-se ciência e cumpra-se, na forma de Lei.**

**Belª. Fernanda Paiva Nunes Marreiros Marques**  
Delegada de Polícia Civil  
Diretora de Unidade da Corregedoria

**PORTARIA N.º 396/GAB/2010** Teresina, 11 de novembro de 2010.

**ADELEGADA CORREGEDORA GERAL DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 164 e seguintes, da Lei Complementar Estadual nº 13, de 03/01/94, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 025 de 15/08/01, e art. 74, V e IX da Lei Complementar nº 037 de 10-03-2004;

**CONSIDERANDO** o teor da Sindicância Investigatória nº 030/GPAD/10, constante dos autos;

**CONSIDERANDO** o teor despacho de fls 444/447 de lavra do Excelentíssimo Secretário de Segurança Pública nos autos da Sindicância Investigatória nº 030/GPAD/10;

#### **RESOLVE:**

01. Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar com o objetivo de apurar a responsabilidade administrativa dos servidores **FERNANDO JOSE ALVES SILVA**, Delegado de Polícia Civil de 3ª Classe, matrícula nº 194.586-6, filho de Antonio Bernardo da Silva e de Carlota Alves do Nascimento Silva, e **RAIMUNDO CARDOSO DOS SANTOS**, Agente de Polícia Civil de 2ª Classe, matrícula nº 130.177-2, filho de Santino Raimundo dos Santos e de Maria do Carmo Cardoso dos Santos, nos fatos constantes dos *consideranda* desta Portaria os quais informam que os referidos servidores teriam negligenciado na guarda de bens e valores, concorrendo para que houvesse a subtração de um revólver, calibre 38 e de uma quantia de R\$ 2.976,20 (dois mil novecentos e setenta e seis reais e vinte centavos) esta diretamente vinculada a Inquéritos policiais do 1º Distrito Policial da Cidade de Parnaíba-PI.



02. Designar, de acordo com o art. 170, da Lei Complementar nº 13/94 e art. 64 da Lei Complementar nº 037 de 10-03-04, os servidores, **Tatianne Bandeira de Vasconcelos**, Delegada de Polícia Civil, **Luis Carlos Carvalho de Sousa**, Agente de Polícia Civil e **Pablo Rômulo Vieira da Silveira**, Agente de Polícia Civil, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a comissão de processo administrativo disciplinar, dando cumprimento ao item precedente, tendo como suplentes, os servidores **Edivan Gervásio Botelho**, Delegado de Polícia Civil, **Carlos Alberto de Sousa Freitas**, Agente de Polícia Civil, e **Herbert de Sousa Gomes**, Agente de Polícia Civil.

03. Conceder a esta Comissão o prazo de 60 (sessenta) dias, de acordo com o Art. 173 da Lei Complementar Estadual nº 13, de 03/01/94, para a conclusão dos trabalhos, a partir da publicação desta Portaria, em observância ao princípio da publicidade constante do Caput do Art. 37 da CF/88; notificando, de tudo, desde já, os servidores imputados para conhecerem o processo e apresentarem defesa, na forma da lei.

**Publique-se, dê-se ciência e cumpra-se, na forma de Lei.**

**Belª. Fernanda Paiva Nunes Marreiros Marques**  
Delegada de Polícia Civil  
Diretora de Unidade da Corregedoria

PORTARIAN.º 397/GAB/2010 Teresina, 11 de novembro de 2010.

**A DELEGADA CORREGEDORA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no Art. 164 e seguintes, da Lei Complementar Estadual nº 13, de 03/01/94, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 025 de 15/08/01, e art. 74, V e IX da Lei Complementar nº 037 de 10/03/2004;

**CONSIDERANDO** o teor da Sindicância Administrativa Disciplinar nº 15/GPAD/2008, constantes dos autos;

**CONSIDERANDO** o teor do julgamento de fls. 146/148 de lavra do Excelentíssimo Secretário de Segurança Pública nos autos da Sindicância Administrativa Disciplinar nº 15/GPAD/08, constante dos autos;

**RESOLVE:**

01. Determinar a instauração de Sindicância Administrativa Disciplinar com o objetivo de apurar a responsabilidade administrativa do servidor **Vicente de Paula do Nascimento Santos**, Agente de Polícia Civil, matrícula nº 047.233-6, filho de Paulo Claro dos Santos e de Helena Nascimento dos Santos, nos fatos constantes dos *consideranda* desta Portaria os quais informam um episódio que culminou com um acidente de trânsito envolvendo a viatura VW/GOL, Placa LWI-5216, de uso do 12º Distrito Policial.

02. Designar, de acordo com o art. 170, da Lei Complementar nº 13 de 03/01/94, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 25, de 15.08.01 e art. 64 da Lei Complementar nº 37, de 10/03/04, os servidores **Herbert de Sousa Gomes**, Agente de Polícia Civil, **Liana Rocha de Pádua Barreto**, Agente de Polícia Civil e **Jetan Pinheiro Barbosa**, Agente de Polícia Civil para, sob a presidência do primeiro, integrarem a comissão de sindicância administrativa disciplinar, dando cumprimento ao item precedente, tendo como suplentes os servidores **Ademir Franco Albuquerque Silva**, Agente de Polícia Civil, **Julliano Falcão de Lima**, Agente de Polícia Civil e **Pablo Rômulo Vieira da Silveira**, Agente de Polícia Civil.

03. Conceder a esta Comissão o prazo de 30 (trinta) dias, de acordo com o Art. 167 da Lei Complementar Estadual nº 13, de 03/01/94, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 25, de 15.08.01, para a conclusão dos trabalhos, a partir da publicação desta Portaria em observância ao princípio da publicidade constante do *caput* do Art. 37 da CF/88; notificando, de tudo, desde já, o servidor imputado para conhecer o processo e apresentar defesa, na forma da lei.

**Publique-se, dê-se ciência e cumpra-se, na forma de Lei.**

**Fernanda Paiva Nunes Marreiros Marques**  
Delegada de Polícia Civil  
Corregedora Geral da Polícia Civil

PORTARIA N.º 398/GAB/2010 Teresina, 11 de novembro de 2010.

**A DELEGADA CORREGEDORA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no Art. 164 e seguintes, da Lei Complementar Estadual nº 13, de 03/01/94, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 025 de 15/08/01, e art. 74, V e IX da Lei Complementar nº 037 de 10-03-2004;

**CONSIDERANDO** o teor do Ofício de nº 12.000-946/GS/10, datado de 04.11.10, expedido pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, o qual colaciona Termo de Declarações prestado pelo Senhor Eyder Alves de Albuquerque Silva, constantes nos autos;

**RESOLVE:**

01. Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar com o objetivo de apurar a responsabilidade administrativa do servidor **JOAQUIM JOSE MARQUES DASILVA**, Perito Médico Legal de 3ª Classe, RG Nº 1.154.105 – SSP/PI, filho de Francisco Marques da Silva e de Maria de Lourdes Marques, nos fatos constantes do *considerandum* desta Portaria os quais informam que o referido servidor teria exigido do senhor Eyder Alves de Albuquerque Silva a quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para realizar o embalsamento do corpo do irmão deste, fato ocorrido no dia 02 de novembro do corrente ano no Instituto de Medicina Legal.

02. Designar, de acordo com o art. 170, da Lei Complementar nº 13 de 03/01/94, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 25, de 15.08.01 e art. 64 da Lei Complementar nº 37, de 10/03/04, os servidores, **Francisco Sebastião Coutinho Escórcio**, Delegado de Polícia Civil, **Geraldo da Costa e Sousa Netto Cavalcante**, Agente de Polícia Civil, e **Pablo Rômulo Vieira da Silveira**, Agente de Polícia Civil, para sob a presidência do primeiro, integrarem a comissão do Processo Administrativo Disciplinar, dando cumprimento ao item precedente, tendo como suplentes os servidores, **Tatianne Bandeira de Vasconcelos**, Agente de Polícia Civil, **Jairo Henrique Nogueira**, Agente de Polícia Civil, **Liana Rocha de Pádua Barreto**, Agente Polícia Civil.

03. Conceder a esta Comissão o prazo de 60 (sessenta) dias, de acordo com o Art. 173 da Lei Complementar Estadual nº 13, de 03/01/94, para a conclusão dos trabalhos, a partir da publicação desta Portaria, em observância ao princípio da publicidade constante do Caput do Art. 37 da CF/88; notificando, de tudo, desde já, o servidor imputado para conhecer o processo e apresentar defesa, na forma da lei.

**Publique-se, dê-se ciência e cumpra-se, na forma de Lei.**

**Belª. Fernanda Paiva Nunes Marreiros Marques**  
Delegada de Polícia Civil  
Diretora de Unidade da Corregedoria

**OF. 832**



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
UNIDADE DE CORREGEDORIA DA POLÍCIA CIVIL

**TERMO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO**

Fica retificada na Portaria nº 332/GAB/2010, de 30.09.10, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí nº 187, de 01.10.10, o seguinte erro material constatado no item 1 da referida Portaria: onde se lê: fato ocorrido no dia 25 de junho de 2010, leia-se: **fato ocorrido no dia 25 de junho de 2010.**

Introduzida a retificação, em tudo o mais fica perfeitamente ratificado o conteúdo da Portaria referida, para produzir os seus efeitos legais.

Teresina, 12 de novembro de 2010.

**Fernanda Paiva Nunes Marreiros Marques**  
Delegada de Polícia Civil  
Corregedora Geral da Polícia Civil

**OF. 836**



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO

**PORTARIA N.º 044 / 2010-PRES**

**TERESINA (PI), 26 DE OUTUBRO DE 2010.**

**O PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PIAUÍ – JUCEPI**, Sr. Cláudio Tinóco Tajra, no uso de suas atribuições legais.

**RESOLVE:**

1. DESIGNAR, a servidora Elizete Araújo de Sousa, Matrícula. nº, 007686-4 Supervisora de Atendimento do Registro de Empresa, símbolo DAI - 07, para substituir temporariamente a comissionada, Jucineide de Araújo

Aragão, Matrícula. nº.197773-3 Coordenadora de Finanças e Orçamentos, símbolo DAS - 02, por motivo de gozo de férias regulamentares do ano de 2010, no período de 03.11.2010 a 02.12.2010.

2. Esta portaria entra vigor na data de sua publicação

Dê ciência e cumpra-se.

Teresina (PI), 26 de Outubro de 2010

**Cláudio Tinôco Tajra**  
PRESIDENTE JUCEPI

## PORTARIA Nº.045 / 2010-PRES

**TERESINA (PI), 26 DE OUTUBRO DE 2010.**

**OPRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PIAUÍ – JUCEPI**, Sr. Cláudio Tinôco Tajra, no uso de suas atribuições legais.

### RESOLVE:

1. DESIGNAR, o servidor José Alberto Ribeiro Santos, Matrícula. nº 000800-1, Agente Técnico de Serviço, para substituir temporariamente o comissionado, Antônio Antenor Lima Soares, Matrícula. nº. 215023-9, Coordenador do Posto, símbolo DAS - 02, por motivo de gozo de férias regulamentares do ano de 2009, no período de 03.11.2010 a 02.12.2010.

2. Esta portaria entra vigor na data de sua publicação

Dê ciência e cumpra-se.

Teresina (PI), 26 de Outubro de 2010

**Cláudio Tinôco Tajra**  
PRESIDENTE JUCEPI

**OF. 766**

## LICITAÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DAS CIDADES  
GABINETE DO SECRETÁRIO

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2010 AO CONTRATO Nº 017/2010

**ESPÉCIE:** 1º Termo Aditivo de prorrogação de vigência do Contrato nº 017/2010, celebrado entre o Estado do Piauí, com a interveniência da Secretaria das Cidades e a R. MELO CONSTRUÇÕES LTDA, ações e infraestrutura com o propósito de viabilizar a implantação do reassentamento da população rural desalojada em função do empreendimento Piauís, nos municípios de São Julião e Pio IX, no Estado do Piauí-PI, convênio nº 050/2008. **OBJETO:** prorrogação da vigência do Contrato nº 017/2010, por mais 300 (trezentos) dias e o prazo para a execução da Obra por mais 240 (duzentos e quarenta) dias, à contar de 12/11/2010. **DATA DA ASSINATURA:** 12/11/2010. **SIGNATÁRIO:** Manoel de Castro Dias.

**OF. 200**



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ  
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA – MDER

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ÓRGÃO: MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA

ERRATA

**TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 013/10**, publicado no DOE nº 194, de 13.10.10 pag. 02

ONDE SE LÊ:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

**1.1 Fica prorrogada a vigência** do contrato 013/10, pelo **prazo de 40 (quarenta) dias** a contar do fim do prazo estipulado no Contrato e seus Aditivos nº. 01/10 (de 19.07.10 a 29.08.10) e nº 02 (de 29.08.10 a 09.09.10).

LEIA-SE:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

**1.1 Fica prorrogada a vigência** do contrato 013/10, pelo **prazo de 40 (quarenta) dias** a contar do fim do prazo estipulado no Contrato e seus Aditivos nº. 01/10 (de 19.07.10 a 29.08.10) e nº 02 (de 29.08.10 a 09.10.10).

**TERMO ADITIVO 04 AO CONTRATO 013/10**, publicado no DOE nº 194, de 13.10.10 pag. 02

ONDE SE LÊ:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

**1.1 Fica prorrogada a vigência** do contrato 013/10, pelo **prazo de 40 (quarenta) dias** a contar do fim do prazo estipulado no Contrato e seus Aditivos nº. 01/10 (de 19.07.10 a 29.08.10), nº 02 (de 29.08.10 a 09.09.10) e nº 03 (de 09.09.10 a 19.10.2010).

LEIA-SE:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

**1.1 Fica prorrogada a vigência** do contrato 013/10, pelo **prazo de 40 (quarenta) dias** a contar do fim do prazo estipulado no Contrato e seus Aditivos nº. 01/10 (de 19.07.10 a 29.08.10), nº 02 (de 29.08.10 a 09.10.10) e nº 03 (de 09.10.10 a 19.11.2010).

Clésia Araújo C. de Queiroz  
Coordenadora de Licitação  
Mat. 063173-6

**OF. 1069**



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### EXTRATO DE CONTRATO

**Proc. Adm. N.º 01722/2010 – DPE – Contrato n.º. 024/2010**

**Contratante:** Defensoria Pública do Estado do Piauí

**Contratada:** Lotus Editora LTDA

**Objeto:** Contrato de aquisição de material gráfico.

**Fundamento Legal:** art. 37, inciso XXI, CF/88 e arts. 54 a 80, Lei 8.666/93.

**Valor total:** R\$4.357,08 (quatro mil, trezentos e cinquenta e sete reais e oito centavos)

**Data de Assinatura:** 10 de novembro de 2010.

**Vigência:** até 29/11/2010.

**OF. 582**



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ

### EXTRATO PUBLICAÇÃO JUSTIFICATIVA DISPENSA 053/2010

**REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01910/2010-Defensoria Pública**

**FORMA:** Dispensa de Licitação

**FUNDAMENTO LEGAL:** Art.24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93

**OBJETO:** Compra emergencial de 01 (um) disjuntor trifásico 350 A para o prédio da DPE-PI.

**VALOR TOTAL:** R\$ 841,65 (oitocentos e quarenta e um reais e sessenta e cinco centavos).

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 339030

**FONTES:** 00

**MAIORES INFORMAÇÕES:** Defensoria Pública do Estado do Piauí – Rua Nogueira Tapety, 138, Bairro dos Noivos, Teresina, Piauí.

### EXTRATO DE CONTRATO

**Proc. Adm. Nº 01910/2010 – DPE – Aditivo 001 ao Contrato n.º. 031/2009**

**Contratante:** Defensoria Pública do Estado do Piauí.

**Contratada:** CONSULTER – CONSULTORIA E SERVIÇOS.

**Objeto:** Prorrogação do contrato 031/2009

**Fundamento Legal:** art. 57, inciso II da Lei 8.666/93.

**Valor mensal:** R\$ 8.266,02 (oito mil, duzentos e sessenta e seis reais e dois centavos)

**Data de Assinatura:** 10 de novembro de 2010.

**Vigência:** 12 (doze) meses.

**OF. 589**



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DA FAZENDA

### EXTRATO DE ADITIVO

**CONTRATANTE:** Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí

**CONTRATADO:** Sevilha Construtora Ltda

**OBJETO:** Inclusão de serviços e prorrogação da vigência do Contrato nº. 054/2010, referente à reforma do Prédio Sede da Secretaria da Fazenda.

**FUNDAMENTAÇÃO:** art. 65, Inciso II, § 1º da Lei nº. 8.666/93 e Proc. 0066.000.08030/2010-6

**VIGÊNCIA:** 30 dias a contar da data de 20/11/2010.

**DATA ASSINATURA:** 10/11/2010



**EXTRATO DE ADITIVO**

CONTRATANTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí  
 CONTRATADO: Servi-san Ltda.  
 OBJETO: Reequilíbrio financeiro do Contrato nº. 028/2007, referente à prestação de serviços de digitadores.  
 FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº. 8.666/93; Parecer da PGE Nº 666 de 08/10/2010 e Proc. 0066.000.06736/2010-9  
 VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de 01/08/2010.  
 DATA ASSINATURA: 28/10/2010

**EXTRATO DE ADITIVO**

CONTRATANTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí  
 CONTRATADO: Servi-san Ltda.  
 OBJETO: Reequilíbrio financeiro do Contrato nº. 027/2007, referente à prestação de serviços auxiliares.  
 FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº. 8.666/93; Parecer da PGE Nº 666 de 08/10/2010 e Proc. 0066.000.06737/2010-3  
 VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de 01/08/2010.  
 DATA ASSINATURA: 28/10/2010

**ERRATA**

**NO DIÁRIO OFICIAL, DE 10 de novembro de 2010, pág. 11: EXTRATO DE TERMO ADITIVO SIMPLIFICADO AOS CONTRATOS ABAIXO RELACIONADOS – ONDE SE LÊ: CONTRATO 030/2010. LEIA-SE: CONTRATO 030/2008.**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 030/2009**

**OBJETO:** Modificar a CLÁUSULA DÉCIMA “DA VIGÊNCIA”.  
**CONTRATADA:** Empresa Brisa Projetos e Construções Ltda.  
**VIGÊNCIA:** fica prorrogada até o período de 30 de dezembro de 2010.  
**FUNDAMENTO LEGAL:** Termos da Lei Complementar nº 101/2000, Lei 8.666/93, Portaria Interministerial nº 127/08 e o que consta no Processo Administrativo nº 14.203/3227/09.  
**SIGNATÁRIOS:** Vicente de Sousa Sobrinho – Presidente da Fundação dos Esportes do Estado do Piauí e Joaquim Brasileiro dos Passos – Representante da Empresa Brisa Projetos e Construções Ltda.

**OF. 767**

Governo Do Estado do Piauí  
 Empresa De Gestão de Recursos do Estado do Piauí – EMGERPI



EMGERPI – EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ. CONVITE Nº 50/2010 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE TESTE DE PRODUÇÃO DE 07 (SETE) POÇOS TUBULARES, NAS LOCALIDADES PEQUIZEIRO, LAGOA DOS CAVALOS I E II, BAIXA DA PINICADA, BARRA, URUBU E ALAGADIÇO, NO MUNICÍPIO DE FLORES DO PIAUÍ. EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO. CONTRATAÇÃO DIRETA, ART. 26 DA LEI Nº 8.666/93. O DIRETOR PRESIDENTE DA EMGERPI torna público que, em vista de se haver frustrado a licitação acima referida, mesmo após a sua repetição, e conforme autorizado pelo dispositivo legal citado, determinou a contratação direta do objeto do Convite 50/2010, mantidas as condições fixadas na licitação. Ratificado. Teresina, 12 de novembro de 2010. Gilberto Antônio Neves Pereira da Silva. Diretor Presidente da EMGERPI.

**OF. 1240****PREFEITURA MUNICIPAL DE PAVUSSU  
ATO AVISO DE LICITAÇÃO**

O Município de Pavussu (PI), torna público que realizará licitação Tomada de Preços nº. 003/2010, menor preço e adjudicação globais, em 02/12/2010, às 08hs00. Objeto: Implantação de sistema simplificado de abastecimento d'água. Local: Prefeitura Municipal de Pavussu. Recurso: Próprio/CÓDEVASF. Copias do edital: Rua José Salustiano da Silva, 953, centro.

Pavussu, 11 de NOVEMBRO de 2010.

**Ramiro Alves dos Santos Neto**  
 Presidente da CPL.

**P. P. 12169****OUTROS****AVISO**

**A ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A - AGESPISA**, CNPJ N.º 06.845.747/0001-27, Inscrição Estadual 19.301.656-7, com sede na Av. Mal. Castelo Branco, 101–N, Teresina–PI, torna público que **requereu** da Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Piauí – SEMAR, a **Renovação da Licença de Instalação – LI**, referente a ampliação do sistema de abastecimento de água da cidade de **Itainópolis-PI**.

Teresina (PI), 04 de novembro de 2010.

**Marcos Venícius Medeiros Costa**  
 Presidente  
**AVISO**

**A ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A - AGESPISA**, CNPJ N.º 06.845.747/0001-27, Inscrição Estadual 19.301.656-7, com sede na Av. Mal. Castelo Branco, 101–N, Teresina–PI, torna público que **requereu** da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Piauí – SEMAR, a **Renovação da Licença de Instalação – LI**, referente a ampliação do sistema de abastecimento de água da cidade de **São Pedro-PI**.

Teresina (PI), 04 de novembro de 2010.

**Marcos Venícius Medeiros Costa**  
 Presidente

**AVISO**

**A ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A - AGESPISA**, CNPJ N.º 06.845.747/0001-27, Inscrição Estadual 19.301.656-7, com sede na Av. Mal. Castelo Branco, 101–N, Teresina–PI, torna público que **requereu** da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Piauí – SEMAR, a **Renovação da Licença de instalação – LI**, referente a implantação do sistema de abastecimento de água no **Loteamento Parque Brasil** da cidade de **Teresina-PI**.

Teresina (PI), 04 de novembro de 2010.

**Marcos Venícius Medeiros Costa**  
 Presidente

**AVISO**

**A ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A - AGESPISA**, CNPJ N.º 06.845.747/0001-27, Inscrição Estadual 19.301.656-7, com sede na Av. Mal. Castelo Branco, 101–N, Teresina–PI, torna público que **requereu** da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Piauí – SEMAR, a **Renovação da Licença de instalação – LI**, referente a implantação do sistema de esgotamento sanitário da cidade de **Barras-PI**.

Teresina (PI), 04 de novembro de 2010.

**Marcos Venícius Medeiros Costa**  
 Presidente

**OF. 1025****LICENÇA AMBIENTAL**

**A CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO**, CNPJ 27.184.936/0001-76, torna público que requereu à SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMAR/PI as Licenças Prévia (LP) e de Instalação (LI) referente à lavra de argila da área 800.024/02 (OX-10), no município de Pio IX – PI. Foi determinado Plano de Controle Ambiental – PCA.

**LICENÇA AMBIENTAL**

**A ITAPISSUMA S/A**, CNPJ 11.482.080/0001-85, torna público que requereu à SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMAR/PI as Licenças Prévia (LP) e de Instalação (LI) referente à lavra de calcário da área 803.051/05 (QX-11), no município de Pio IX – PI. Foi determinado Plano de Controle Ambiental – PCA.

**P. P. 12170**